

O LUGAR SOCIAL DA EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO RURAL: PENSANDO UMA PRÁTICA DIALÓGICA E EMANCIPADORA

Túlio Carlos Silva Antunes, graduando em História (UEPB)

e-mail: tulio_antuneees@hotmail.com

Patrícia Cristina de Aragão Araújo, doutora em Educação (UEPB)

e-mail: cristina-aragao21@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo discutimos sobre o lugar da educação enquanto espaço de superação e transformação social, do/no Assentamento Rural. Teremos como norte do nosso trabalho a relação entre Assentamento Rural e Educação do/no Campo, no que se refere a analisar como a educação pode ser utilizada pelos assentados como forma conscientização, possibilitando também a organização e compreensão da realidade a qual estão inseridos com fim de solucionar problemas de caráter sociais, políticos, culturais e específicos de cada experiência de assentado e/ou Assentamento.

Os Movimentos Sociais Populares do Campo integraram a seus objetivos de luta o acesso e o direito a educação. Ao analisarmos a Educação do/no Campo, verificamos que os movimentos sociais têm questionado o tipo de educação desenvolvida no contexto da história da educação, para o campo. Já que não foi uma proposta de educação pensada a partir da realidade social do campo e dos anseios dos sujeitos sociais que lá habitam. A partir desse questionamento, abre-se uma reflexão acerca do tipo de educação que é dado para o campo com o intuito de promover mobilização e organização coletiva para se galgar uma Educação de qualidade para o campo, sobretudo pensada Do e No Campo.

Nossas reflexões se dividem em dois momentos. Num primeiro momento empreenderemos discussões acerca dos Movimentos Sociais Populares do Campo na perspectiva de suas lutas por uma educação de qualidade e emancipadora, pautada na própria experiência do campo por aqueles que dela fazem parte. Em um segundo momento, discutiremos a Educação enquanto meio de emancipação e prática cultural dos sujeitos que do campo vivem e se relacionam e sua capacidade de transformação social; em seguida faremos uma breve discussão acerca da

diferença entre Educação do Campo e Educação Rural; o viés da educação enquanto mecanismo de criação da identidade de “trabalhador rural”. Nossa pesquisa tem por intuito refletir sobre como a Educação do Campo tem sido pensada pelos Movimentos Sociais Populares do Campo e sua prerrogativa enquanto agente de mudança da realidade social do campo por parte do trabalhador rural.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde partimos das leituras em torno do universo que rodeia a realidade do Campo no Brasil, nas suas dimensões da Educação e Movimentos Sociais, que visam pensar o Campo de forma que possa melhor fazê-lo na perspectiva de mudança de sua realidade; bem como a realização de discussões teóricas em cima de Lima & Noma, acerca de como ele trata a educação na perspectiva de possibilidade de mudança social. Tratamos como objeto de nossa análise o Lugar Social da Educação no Assentamento Rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Pensarmos em Educação do Campo é primeiramente sabermos que essa discussão é nova, pois essa nomenclatura só aparece para nós com os movimentos sociais do campo na década de 1990. A busca pelo direito a educação e uma educação de qualidade está ligado intrinsecamente aos Movimentos Sociais do Campo. Em contraponto a Educação do Campo há a Educação Rural, que está pautada no modelo capitalista de formação de força de trabalho para a indústria; urbano e tecnocrata. O tipo de educação que nos é dado, não se preocupa com elementos da vida humana como a cidadania, relações sociais, cultura e formação étnico-social. A Educação do Campo, como o próprio Campo foram deixados em segundo plano nos planos governamentais brasileiros.

Deste modo, “[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem”. (FERREIRA & BRANDÃO, 2011, p. 4). Apenas em 1996 vimos no Brasil algo de concreto para a Educação do Campo. A LDB de 1996 nos aponta direcionamentos para a escola do campo.

Marx & Engels nos trazem algo que bem mostra a relação Cidade/Campo:

A cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia exatamente o fato oposto: o isolamento e separação. (MARX & ENGELS 1989, p. 78).

Como nos mostra Marx & Engels, (1989) e a realidade brasileira não fora diferente, a relação Campo/Cidade está pautada numa diferença de caminhos e ótica governamental. Na premissa capitalista de realidade, a cidade é o centro e o campo é a periferia, sendo a primeira bem vista e a segunda deixada de lado. No processo de modernização e desenvolvimento brasileiro a cidade foi privilegiada em detrimento do campo, na prerrogativa de desenvolvimento atrelado a industrialização, e ela estava na Cidade. Logo, a educação para a cidade também teve sua lógica pautada na lógica desenvolvimentista, a educação urbana fora privilegiada. A educação para a elite fora privilegiada, pois, como diz Castro a educação

[...] não se tornou uma instituição democrática. Ela é acessível a todas as classes sociais [...]. Exige portanto, que eles (os alunos) percebam o sentido de suas atividades e respondam a suas demandas [...] demonstra que é uma instituição burguesa, pois opera um modelo elitista ajustado apenas à realidade das classes privilegiadas. (2003, p. 29 *apud* FERREIRA & BRANDÃO, 2011, p. 6).

É nessa realidade que os Movimentos Sociais do Campo, em especial o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) – pois este seguimento de luta social é o que se mostra mais ativo e duradouro, e o que nos mostra mais sucesso na luta por uma realidade melhor para o campo –, se debruça sobre o acesso à terra, que é deficitado, dado a concentração de terra nas mãos dos grandes latifúndios, e sobre a realidade da educação, deixada de lado para o campo, até que foi pensada, como mostra a LDB, mas não compreende os anseios dos movimentos sociais e da academia científica em relação a Educação do Campo.

O norte que direciona os trabalhos do MST são a luta pelo acesso à terra e sua democratização, no entanto, a luta por uma educação para o campo tem-se tornado uma premissa de luta cada vez mais forte. A educação é vislumbrada pelos Movimentos Sociais do Campo como espaço fundamental de produção de novos elementos tanto individual quanto coletivo de significados que venham ter consequência na vida objetiva e/ou subjetiva dos homens, prestando serviço na

relação do indivíduo com a leitura, análise e interpretação da realidade, pautada na perspectiva de mudança social do campo.

Os momentos históricos que circundam a educação na pauta dos Movimentos Sociais do Campo são dois, “primeiro foi construída como *direito*, e aos poucos ela vai sendo construída como um lugar onde também se pode acontecer a formação do sujeito Tem Terra”. (CALDART, 2001, p. 220). Hoje os Movimentos Sociais do Campo visam uma educação que propicie uma formação de indivíduos que possam olhar a sociedade, critica-la e galgar por mudanças na sua própria realidade do Campo, como a realidade macro.

2. REFLEXÕES ACERCA DA IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO RURAL

Neste estudo, trabalhamos com a categoria Assentamento Rural, pois, este é o momento onde o acesso à terra já fora conseguido, neste momento uma parte da luta fora terminada e outra se começa. Como nos aponta o Antunes, o Assentamento Rural propicia uma melhora na realidade de vida daqueles que foram assentados,

As famílias assentadas passam a ter acesso a uma série de serviços que até então lhes eram negados pela própria situação social. Acesso ao crédito bancário e ao crédito comercial, o acesso a uma casa de morada, a serviços de saúde, educação, acesso ao consumo de bens e, sobretudo, acesso ao trabalho na terra. Para o assentado, na maioria dos casos, o assentamento significa a volta a um estado de vida que, inexistente na realidade material, permanecia viva no sonho de cada um. (2012, p. 37).

Contudo, uma parte da luta fora conseguida: o acesso à terra. Porém, uma nova realidade nasce: a de assentado. Novos direcionamentos e lutas surgem, como a de educação, primeiramente, depois galgar por uma educação de qualidade. Iremos refletir acerca da importância da educação para o Assentamento Rural e a perspectiva de sua formação.

A educação se torna questão central para analisarmos a realidade do Assentamento Rural, pois está ligada a possibilidade de mudança tanto individual quanto coletiva dela. Primeiramente queremos refletir acerca de uma educação do campo pautada nas relações: No e Do. No: pois, o assentado tem o direito de ter acesso à educação aonde ele reside, no seu assentamento; Do: pois, o assentado

tem o direito de ter sua educação a partir do seu lugar e com participação das suas experiências no seu planejamento. (LIMA & NOMA, 2009, p. 455).

Objetivamos uma educação que possa despertar o sentimento de identidade de trabalhador rural, de construção de si enquanto ser social e sujeito de direitos. Cremos que a identidade se torna de suma importância, pois a partir do reconhecimento social a luta por direitos e espaços perante a sociedade e o Estado se torna mais nítida.

Outro caráter da educação do campo que observamos e vemos como de suma importância, é do que elevação cultural, como nos mostra Mochocovitch, ao refletir acerca dos escritos de Gramsci, ela traz que a elevação cultural das massas – aqui pensada elevação do trabalhador rural – “trata-se da reforma da reforma intelectual e moral, que se traduz na construção e na difusão de uma concepção de mundo própria das classes subalternas [...]. (1992, p.37).

Isso implica dizer em uma ideologia a parte da ideologia da classe dominante, advinda da própria classe trabalhadora e que a possibilitasse melhor ver a realidade social. Nessa prerrogativa, pensamos que a educação pode ser esse elo, que ligue a classe trabalhadora – aqui pensada enquanto trabalhador rural – e uma visão de mundo coerente e problematizadora. Pois, a partir disto, da elevação cultural individual, o trabalho coletivo atrelado a uma melhor visão da realidade social a qual estamos inseridos, a luta por uma realidade micro e macro se torna mais viável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a educação se tornou ponto de partida nas lutas dos movimentos sociais populares do campo, sendo um elemento fundamental para a luta, desde a organização a capacitação, no que se refere a antes e depois do acesso à terra, pois ela se faz necessária em todo o percurso da luta. Também vimos que a educação pode ser um mecanismo de possibilidade de mudança da realidade social vigente, tanto aquela do assentamento como a das desigualdades sociais macro. O acesso e a qualidade da educação do campo tiveram uma leve melhora, mas a muito a ser feito pelo Estado e lutado pelos Movimentos Sociais Populares do Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a Formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo.** Estudos Avançados, 15 (43), 2001.

FERREIRA, Fabiano de Jesus.; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do Campo: um olhar histórico, uma realidade concreta.** Revista Eletrônica de Educação. Ano V. Nº. 09, jul./dez. 2011.

LIMA, Aparecida do Carmo.; NOMA, Amélia Kimiko. **Política Educacional no Campo: espaço de ação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no Brasil.** Revista Contemporânea de Educação. V. 4, n. 8. 2009.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 7. ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1989, 138p.

MELO, José Carlos Antunes de. **Impactos sociais e econômicos da criação de assentamentos rurais no município de Sossego/PB.** José Carlos Antunes de Melo. – 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2012.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola.** 3ed. São Paulo: Atica, 1992. 80p.